

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.756 - AP (2019/0317710-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **ESTADO DO AMAPÁ**
PROCURADOR : **DIEGO BONILLA AGUIAR DO NASCIMENTO - AP001533**
RECORRIDO : **RAIMUNDO FERREIRA SANTOS**
ADVOGADOS : **DAVIIVÃ MARTINS DA SILVA - AP001648**
 ANSELMO JOSÉ DA COSTA PAES - AP002659
 ERICKA PATRÍCIA LOBATO TORRINHA - AP002199
 ANA LUIZA PAUXIS ROCHA - AP002757

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado do Amapá, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local assim ementado (e-STJ, fl. 342):

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR EX-TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. APLICAÇÃO DIRETA DA LEI FEDERAL 8.270/1991. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ÔNUS DA PROVA. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INSALUBRIDADE. DIREITO À PERCEPÇÃO DO ADICIONAL RECONHECIDO. PRECEDENTES DESTA CORTE. MARCO INICIAL. LAUDO. SÚMULA 14 DO TJAP REVISADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANTIDO. REMESSA PARCIALMENTE PROVIDA. 1) O funcionário público tem direito a perceber adicional por insalubridade, criado por lei, quando exerce sua atividade em áreas reconhecidamente insalubres; 2) No caso concreto, deve-se aplicar diretamente o comando previsto no artigo 12 da Lei Federal nº 8.270/1991 para o reconhecimento de adicional de insalubridade/periculosidade aos servidores públicos do Ex Território do Estado do Amapá, regime jurídico do servidor; 3) Havendo prova técnica de que as atividades desenvolvidas pelo apelado são consideradas insalubres, faz-se jus à percepção do adicional de insalubridade em grau máximo (5%), conforme laudo juntado aos autos; 4) A teor do enunciado da Súmula 14 (revisada) desta Corte de Justiça, “o pagamento do adicional de insalubridade é devido a partir da data do laudo pericial que comprova efetivamente as condições insalubres e o respectivo grau”; 5) Remessa oficial à qual se dar parcial provimento e recurso voluntário prejudicado.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, o recorrente sustenta ofensa ao art. 12 da Lei n. 8.270/1991, ao fundamento de, "[...] para fins de consideração, o ente que remunera os servidores é o ESTADO DO AMAPÁ, e não a União, não fazendo jus por analogia à implementação do adicional de insalubridade em grau máximo. Na interpretação

dessa norma, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já entendeu pela inaplicabilidade de norma federal a ente estadual ou municipal que venha a gerar despesa. Ou melhor, o Poder Judiciário não pode utilizar lei federal para fixar o percentual de adicional de insalubridade a ser percebido por servidor estadual, se na legislação estadual, não há previsão de tal percentual" (e-STJ, fl. 448).

Com contrarrazões.

É o relatório.

Compulsando-se os autos, depreende-se que a questão foi decidida com base em fundamento constitucional, mais especificamente na garantia de direitos sociais (*ex vi*, art. 7º, XXII, da CRFB/1988), de modo que o recurso especial se apresenta inviável quanto ao ponto, sob pena de se usurpar a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

De mais a mais, o recorrente, ao argumentar pela inaplicabilidade da norma aos servidores estaduais, deixou de impugnar fundamento do acórdão recorrido segundo o qual "[...] não obstante os questionamentos do Estado apelante em relação a ausência de lei específica, insta salientar que o Autor é servidor público do extinto território. Deste modo, a ele devem ser aplicadas diretamente as disposições da Lei Federal n. 8.270, de 17.12.91, que, em seu art. 12, previu o pagamento do adicional de insalubridade aos servidores civis da União, seus entes autárquicos e fundações, no percentual mínimo de 5% (cinco por cento)" (e-STJ, fl. 346).

Incidência, por analogia, do teor da Súmula 283/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator